

Reforma da Previdência

Material de apoio à palestra do Prof. Dr. Hélio Zylberstajn

Coordenação: Profa. Dra. Denise Cavallini Cyrillo

Equipe: Beatriz Del Fiol

Giovanni Victor Sztokbant Paz

Andréa Consolino Ximenes

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Universidade de São Paulo (FEA-USP)

Dezembro de 2016

Sumário

1. Apresentação	3
2. Conceitos	5
Desvinculação de Receitas da União	5
ICMS	5
Inflação	5
IPI	6
Lei Ordinária	6
Medida provisória	6
PIB	6
Pirâmide Etária	7
Poupança	8
Risco	8
Sistemas públicos de previdência	8
Transição Demográfica	9
3. Organizações	10
FIPE	10
INSS	10
OCDE	10
4. Notícias	11
Crescimento da dívida brasileira	11
Fórmula 85/95	11
Mudança na pensão por morte	11
PEC do corte de gastos	12
Propostas de Reforma de Previdência	12
Sistema previdenciário da General Motors	12
Breve histórico da evolução do Sistema previdenciário no Brasil	13
5. Bibliografia	14

1. Apresentação

Este material é parte integrante do projeto “A conjuntura Econômica no Tempo”, coordenado pela Profa. Dra. Denise Cavallini Cyrillo, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), que tem por objetivo criar um acervo de palestras sobre a conjuntura econômica brasileira para disponibilizar ao público interno e externo à USP por meio do portal da FEA. O projeto contou, no início, com o apoio da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo. As palestras foram ministradas no âmbito da disciplina EAE0113 - Introdução à Análise da Conjuntura Econômica, para os alunos ingressantes do Bacharelado em Ciências Econômicas da FEA-USP.

A palestra “Por que é preciso reformar a Previdência”, foi ministrada pelo professor **Hélio Zylberstajn**, no dia 30 de maio de 2016.

O presente documento, desenvolvido pela equipe do projeto, visa complementar algumas informações da palestra a fim de tornar sua compreensão mais ampla e estender o alcance do conhecimento produzido na Universidade para a comunidade externa, incluindo o público leigo, contribuindo para o fortalecimento da Extensão Universitária, que compõe, juntamente, com a Pesquisa e Ensino, o tripé da Universidade de São Paulo.

Optou-se por apresentar os conceitos desta apostila na forma de verbetes, em ordem alfabética, para que o leitor possa consultar diretamente as informações pelas quais tenha mais interesse. Assim, a apostila está organizada em cinco sessões. A primeira contém um breve resumo do currículo da palestrante. A segunda traz explicações simplificadas dos conceitos econômicos abordados. A terceira seção apresenta as organizações mencionadas na palestra. Já a quarta indica textos da imprensa úteis para a compreensão da discussão. Por fim, a última seção traz as referências bibliográficas.

Esperamos que o leitor considere a leitura agradável e útil e que esse material desperte o interesse pelo estudo do cativante universo da Economia.

Bons Estudos!

Prof. Dr. Hélio Zylberstajn

É Licenciado em Física (1969) e Bacharel em Economia (1980) pela Universidade de São Paulo e Doutor em Relações Industriais (1987) pela University of Wisconsin-Madison. Foi fundador e presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho-Abet e da Associação Instituto Brasileiro de Relações de Emprego e Trabalho – Ibret. Foi também um dos fundadores do Instituto Nacional de Mediação e Arbitragem – Inama. Atualmente ministra cursos de Economia do Trabalho e Instituições do mercado de Trabalho no Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA/USP). Desenvolve pesquisas na FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômica, onde é o coordenador do Projeto Salariômetro (www.salarios.org.br).

2. Conceitos

Desvinculação de Receitas da União

A Desvinculação de Receitas da União (DRU)¹ foi criada em 1994 com o nome de Fundo Social de Emergência e fez parte do processo de estabilização capitaneado pelo Plano Real. A DRU permite ao governo federal usar uma parcela de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. Na prática, a DRU possibilita que recursos vinculados a áreas como Educação, Saúde e Previdência Social sejam aplicados em outras áreas consideradas prioritárias no momento. De início o governo podia usar livremente 20% de suas receitas, mas uma mudança recente elevou esse valor para 30%. A principal fonte de recursos da DRU são as contribuições sociais.

ICMS

O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é um imposto de competência estadual por determinação do artigo 155 inciso II da Constituição Federal de 1988². Na maioria dos Estados, a alíquota do ICMS corresponde a 18% dos preços, e pode variar entre produtos, sendo menor para produtos básicos ou maior para produtos considerados supérfluos. Em São Paulo, o ICMS é a principal fonte de receita do governo estadual³.

Inflação

A inflação⁴ é o aumento persistente e generalizado dos preços da economia. A taxa de inflação é o aumento percentual do nível geral de preços. Se, por exemplo, a taxa de inflação for de 10% ao ano, uma pessoa que gaste R\$100,00 comprando um bem X, no ano seguinte, provavelmente não conseguirá adquirir aquele bem com os mesmos R\$ 100,00! Com uma inflação anual de 10% o dinheiro (R\$ 100,00) perde poder aquisitivo! Para maiores detalhes sobre esse o fenômeno, veja apostila sobre Inflação.

¹ SENADO FEDERAL, 2016

² BRASIL, Constituição (1988)

³ SÃO PAULO, 2016

⁴ MANKIW, 2001, p. 13.

IPI

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)⁵ tem como fato gerador a saída de produto de estabelecimento industrial ou equiparado a uma indústria e o desembaraço aduaneiro de produtos de procedência estrangeira. As alíquotas variam de zero a 300% (cigarros de tabaco) ou mais e podem ser encontradas na Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI), disponibilizada no site da Receita Federal.

Lei Ordinária

A lei ordinária⁶ é votada pelo poder legislativo e precisa de maioria simples para ser aprovada, o que torna a sua aprovação mais fácil do que as leis complementares, que necessitam de maioria absoluta. A maioria simples é a metade mais um dos presentes à sessão da Casa Legislativa, enquanto a maioria absoluta é a metade mais um do total de membros dessa Casa.

Medida provisória

A medida provisória⁷ é um instrumento de que dispõe o Presidente da República para colocar uma determinação imediatamente em vigor, antes mesmo de ser discutida pelo parlamento. A criação de uma medida provisória parte do poder executivo e segue para a apreciação do Congresso Nacional, o que deve ocorrer em um prazo de até 60 dias a partir de sua publicação. A aprovação de uma medida provisória converte o seu conteúdo em lei e, caso haja alguma alteração de seu conteúdo original, o presidente pode sancionar ou vetar a mudança.

PIB

O Produto Interno Bruto (PIB)⁸ é o valor total da produção de bens e serviços finais de um país em determinado período de tempo. Por bens e serviços finais entende-se aquilo que não será destruído para a produção de outros bens e serviços (como os insumos). Essa distinção é importante para evitar a dupla contagem, isto é, para que o valor dos insumos não entre duas vezes no cômputo do PIB, uma vez como valor produzido do próprio setor do insumo e outra no valor do bem final, já que o valor do insumo também estará embutido neste (para maiores detalhes ver Apostila sobre Introdução à Economia e à Macroeconomia).

⁵ BRASIL, 2016

⁶ TEMER, 2002, p. 147

⁷ TEMER, 2002, p. 153

⁸ SIMONSEN; CYSNE, 2007, p. 146 – 149

Pirâmide Etária

A pirâmide etária⁹ é um gráfico que descreve a estrutura etária de uma população segundo sexo. Nesse gráfico as barras horizontais correspondem ao número de indivíduos de determinada faixa etária, indicada nas colunas ao lado do gráfico. Quanto maior a largura da barra, mais indivíduos pertencem à faixa etária correspondente. No Gráfico 2, as barras horizontais partem do centro e, para a direita indicam o tamanho da população feminina e para a esquerda o tamanho da população masculina. Dessa forma é possível notar o fato de a população feminina mais idosa ser numericamente superior à masculina.

O nome “pirâmide” decorre do formato clássico desse tipo de gráfico, em que as barras de uma faixa etária eram menores do que a da faixa etária anterior, sugerindo uma população cada vez menor quanto maior a faixa etária. Com o fenômeno da transição demográfica (queda abrupta da taxa de mortalidade e queda retardada da taxa de natalidade, ver *transição demográfica*) e o conseqüente aumento da expectativa de vida, a taxa de redução da proporção da população nas faixas etárias mais elevadas desacelerou, ao mesmo tempo que se reduziu a população infantil, transformando o formato do gráfico (para um “vaso bojudo com boca torta!”), como se pode ver no gráfico com a projeção da estrutura da população brasileira para 2050, segundo a ONU.

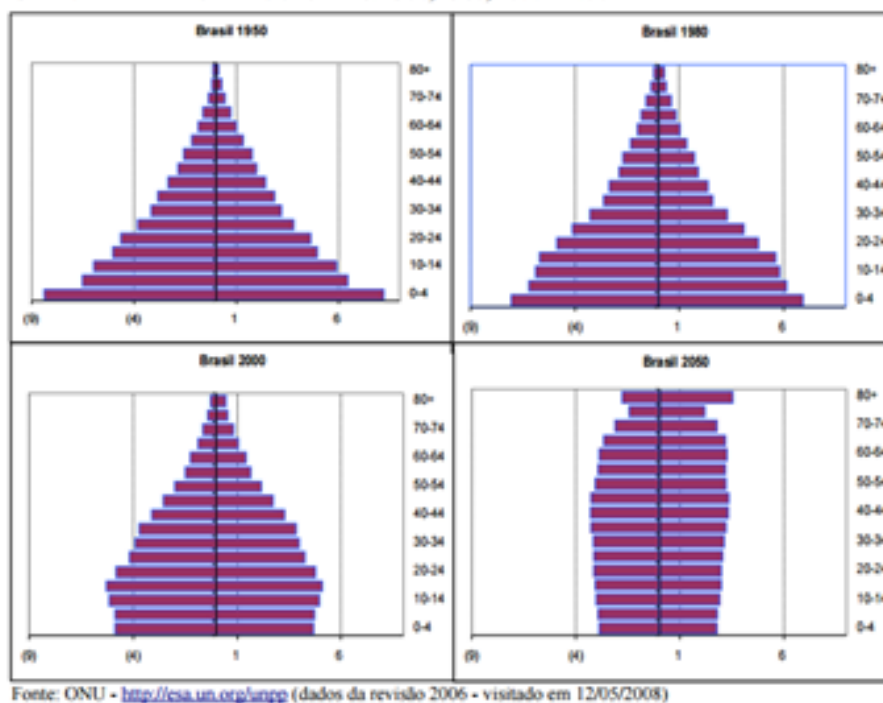


Gráfico 1 – Pirâmide Etária brasileira: 1950, 1980, 2000 e 2050

⁹ ALVES, 2008

No Gráfico 1, pode-se observar a evolução da pirâmide etária brasileira de 1950 a 2050 (projeção). Note que, com a queda dos nascimentos e o aumento da expectativa de vida, a base da pirâmide foi ficando gradativamente mais estreita enquanto o topo se torna cada vez mais largo.

Poupança

A poupança¹⁰ de uma economia fechada é a soma da poupança do setor privado com a do setor público. A poupança do setor privado é a parcela da renda disponível (renda total menos os tributos diretos pagos) que não é usada para o gasto em consumo. A poupança do setor público é a arrecadação tributária menos os gastos do governo.

Risco

Em Economia, o conceito de risco¹¹ é muito utilizado em relação a retornos de investimentos ou de aplicações a serem obtidos no futuro, que podem ser incertos. Suponha um indivíduo que decida vender guarda-chuvas: se chover ele ganhará muito dinheiro, mas se não chover ganhará menos. Nesse caso, o indivíduo deve escolher se investe nessa atividade e corre o risco de vender pouco ou se prefere investir em alguma outra coisa que lhe dê um retorno fixo, isto é, que não esteja sujeito a variações de retorno.

Sistemas públicos de previdência

O compromisso do Estado com a proteção social começou no final do século XIX na Alemanha recém-unificada. A nova linha de atuação do Estado visava proteger principalmente os empregados do setor privado contra os riscos inerentes à participação em uma economia de mercado, como o risco de desemprego decorrente de acidente ou doença. O modelo instituído durante o governo do chanceler Otto Von Bismarck instituía um seguro nacional compulsório financiado, em parte, pelos assalariados, pelos empregadores e contando ainda com aportes estatais. Esse seguro era individualizado, isto é, baseado em contratos individuais.

A proteção social chegou à Inglaterra após o fim da segunda guerra mundial. Diferente do modelo alemão baseado em contratos individuais, o modelo inglês se baseava nas ideias de cidadania e equidade: enquanto na Alemanha os benefícios e pagamentos eram calculados para cada pessoa, na Inglaterra buscava-se garantir um padrão de vida mínimo para toda a

¹⁰ BLANCHARD, 2011, p. 48

¹¹ SNYDER; NICHOLSON, 2007, p. 207

população. O sistema de seguridade social britânico era financiado principalmente por recursos públicos.

Nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial diversos países passaram a adotar modelos de seguridade social¹², alguns buscando copiar o modelo alemão de contratos individuais e outros o modelo britânico. O sistema brasileiro inspira-se no modelo britânico, com base em recursos recolhidos de empresas e trabalhadores.

Transição Demográfica

A chamada transição demográfica¹³ é um processo de mudança da estrutura etária de uma população. Esse processo é marcado por uma queda das taxas de mortalidade, de natalidade e de crescimento populacional, com a consequente redução da porcentagem de jovens e o aumento da porcentagem de idosos. Uma consequência do processo de transição demográfica é o aumento da população idosa e consequentemente o aumento da demanda por serviços de saúde uma vez que ocorre o aumento da proporção das doenças crônicas na população. A transição demográfica exige que os sistemas de previdência social se compatibilizem com a nova estrutura etária da população.

insumo também estará embutido neste. O PIB pode ser calculado por três óticas:

¹² KERSTENETZKY, 2012, p. 5

¹³ BRITO, 2008

3. Organizações

FIPE

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE)¹⁴ foi fundada em 1973 para dar apoio ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEAUSP). A FIPE tem reconhecida atuação nas áreas de pesquisa, ensino e projetos e se destaca por formular importantes indicadores econômicos do mercado brasileiro, dentre os quais se destacam o Índice de Custo de Vida de São Paulo (IPC), o Índice de Preços de Obras Públicas para a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (IPOP), a Tabela de Preços Médios de Veículos (Tabela FIPE) e o Salariômetro (<http://www.fipe.org.br/pt-br/indices/salariometro/>).

INSS

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)¹⁵ é órgão do Sistema da Previdência do Brasil, responsável pelo pagamento de uma série de benefícios trabalhistas, além das aposentadorias e pensões. Para ter direito aos benefícios o trabalhador deve pagar uma contribuição mensal ao instituto por um período de tempo que pode variar de acordo com o tipo de aposentadoria, ou seja do sistema previdenciário em vigor (com proposta de reforma em discussão no Congresso).

OCDE

Sediada em Paris (França), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹⁶ é uma organização intergovernamental formada pelos países mais industrializados e desenvolvidos do globo. Os representantes dos países membros promovem encontros regulares para trocar informações e discutir políticas coordenadas com vistas a maximizar o crescimento econômico de seus países.

¹⁴ FIPE, 2016

¹⁵ CAIXA, 2016

¹⁶ BRASIL, 2016

4. Notícias

Crescimento da dívida brasileira

Dívida pública sobe 3,1% em setembro e atinge patamar inédito de R\$ 3 tri.

Leia a notícia na íntegra:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/10/divida-publica-sobe-em-setembro-e-atinge-patamar-inedito-de-r-3-trilhoes.html>

Dívida Pública Federal cresce em maio e vai a quase R\$ 2,5 trilhões.

Leia a notícia na íntegra:

<http://www.valor.com.br/brasil/4104872/divida-publica-federal-cresce-em-maio-e-vai-quase-r-25-trilhoes>

Fórmula 85/95

Entenda o cálculo da nova aposentadoria.

Leia a notícia na íntegra:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/11/entenda-o-calculo-progressivo-que-muda-o-fator-previdenciario051115.html>

Mudança na pensão por morte

Mudança para receber pensão por morte começa a valer no dia 14.

Leia a notícia na íntegra:

<http://noticias.r7.com/economia/mudanca-para-receber-pensao-por-morte-comeca-a-valer-no>

PEC do corte de gastos

PEC 241: entenda as polêmicas da emenda que limita o gasto público

Leia a notícia na íntegra:

<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2016/10/26/pec-241-entenda-as-polemicas-da-emenda-que-limita-o-gasto-publico.htm>

Propostas de Reforma de Previdência

Veja as propostas do governo Temer para a reforma da Previdência Social.

Leia a notícia na íntegra:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/veja-as-mudancas-que-o-governo-propoe-com-reforma-da-previdencia.ghtml>

Conheça as mentiras e verdades da reforma da Previdência.

Leia a notícia na íntegra:

<http://epoca.globo.com/economia/noticia/2016/12/conheca-mentiras-e-verdades-da-reforma-da-previdencia.html>

Sistema previdenciário da General Motors

GM anuncia plano de reformulação de aposentadoria.

Leia a notícia na íntegra:

<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2012/06/gm-anuncia-plano-de-reformulacao-de-aposentadoria.html>

Breve histórico da evolução do Sistema previdenciário no Brasil

Com princesa Isabel, aposentadoria exigia 60 anos de idade e 30 de trabalho.

Leia a notícia na íntegra:

<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/01/08/com-princesa-isabel-aposentadoria-exigia-60-anos-de-idade-e-30-de-trabalho.htm#fotoNav=11>

5. Bibliografia

ALVES, J. E. D. A transição demográfica e a Janela de Oportunidade. **Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial**. São Paulo, 2008.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 5 out. 1988.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. **IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados**. [s.l.], 2016. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/tributos/ipi>>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE**. Brasília, [2016]. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2531>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2008.

CAIXA. **INSS**. [s.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/beneficios-trabalhador/inss/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

FIPE. **Quem somos**. [s.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.fipe.org.br/pt-br/institucional/quem-somos/>>. Acesso em: 31 out. 2016.

KERSTENETZKY, C. L. **O estado do bem estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2001.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Fazenda. **ICMS**. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.fazenda.sp.gov.br/oquee/oq_icms.shtm>. Acesso em: 22 ago. 2016.

SENADO FEDERAL. **DRU.** [s.l.], 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/dru>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SNYDER, C.; NICHOLSON, W. **Microeconomics Theory: Basic Principles and Extensions**. 10. ed. Mason (Ohio): South-Western College, 2008.

TEMER, M. **Elementos de Direito Constitucional**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

ZYLBERSTAJN, H. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. São Paulo, 03 mai. 2016. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1490858472303916>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

A CONJUNTURA ECONÔMICA NO TEMPO

Projeto Fomento da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

Reitor

Prof. Dr. MARCO ANTONIO ZAGO

Pró-Reitor de Cultura e Extensão

Prof. Dr. MARCELO DE ANDRADE ROMÉRIO

Diretor da FEA

Prof. Dr. ADALBERTO FISCHMANN

Comissão de Cultura e Extensão da FEAUSP

Profa. Dra. DENISE CAVALINNI CYRILLO – Presidente

Prof. Dr. GILMAR MASIERO – Vice-Presidente

Chefe do Departamento de Economia da FEAUSP

Prof. Dr. HELIO NOGUEIRA DA CRUZ

Equipe do Projeto

Beatriz Del Fiol

Giovanni Victor Sztokbant Paz

Jefferson Lécio Leal

Vinicius Curti Cícero

Andréa Consolino Ximenes – Design Instrucional e Finalização

Paulo Henrique Marinho Lopes – Finalização

Olivia Cavallari - Finalização

Jéssica Alves Vassaitis – Revisão e Finalização

Eduardo Custódio - Gravação

Noel Ribeiro – Gravação

